



PEC do Simples Municipal pode ser votada hoje

Proposta está na pauta para análise em primeiro turno. Devem ter discussão esta semana a PEC da Polícia Penitenciária e a que veda filiação de membro da Justiça Eleitoral a partido

A PEC do Simples Municipal abre a pauta do Plenário de hoje e está pronta para votação em primeiro turno. A proposta, de Antonio Anastasia, busca garantir aos pequenos municípios o acesso a mais recursos e tornar a prestação de contas mais condizente com a realidade dessas localidades. Outras duas propostas de emenda à Constituição estão na pauta. A PEC das Polícias Penitenciárias, de Cássio Cunha Lima, está na quarta sessão de discussão do primeiro turno. A intenção do autor é igualar os direitos de

agentes penitenciários e policiais e liberar os policiais civis e militares das atividades de guarda e escolta de presos. E a PEC que impede a filiação partidária de membros da Justiça Eleitoral terá a primeira sessão de discussão em primeiro turno. A proposta, de Flexa Ribeiro, determina que não podem ser integrantes do Tribunal Superior Eleitoral, dos tribunais regionais eleitorais e das juntas eleitorais advogados e cidadãos que tenham sido filiados a partidos políticos nos dois anos anteriores à posse no cargo ou ao início do exercício da função. **3**



Jonas Pereira/Agência Senado - 9/8/2017

Em entrevista, Eunício reafirma que não há espaço para novos tributos

Eunício avisa que o Congresso não vota aumento de impostos

Em reunião com Michel Temer, a equipe econômica e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, Eunício Oliveira negociou para que o governo desistisse de enviar ao Congresso projeto para

alterar impostos. De acordo com ele, a proposta não seria votada. Para reduzir o déficit deste ano e do próximo, o governo aceitou cortar mais gastos. As metas fiscais de 2017 e 2018 serão revistas. **2**



Roque de Sá/Agência Senado

Agente aplica multa no DF: segundo o Denatran, já são R\$ 4,6 bi em 2017

Dinheiro das multas tem que ser aplicado no trânsito

Sinalização, policiamento, fiscalização, engenharia de tráfego e educação no trânsito. É para essas áreas que deve ser encaminhado o dinheiro arrecadado com multas de trânsito. Visando aumentar a segurança jurídica dos gestores na aplicação do dinheiro, projeto de

Dário Berger transforma em lei resolução do Conselho Nacional de Trânsito com esse objetivo.

Para especialistas, o valor cada vez mais alto das multas pode encher os cofres, mas não faz com que o motorista brasileiro se torne um condutor melhor. **4**

Grandes devedores de INSS devem ser convocados por CPI

O relator da CPI da Previdência, Hélio José, disse ontem que pode convocar prefeituras que não atenderam o convite para discutir as dívidas com o INSS em audiência da comissão.

Os municípios de São Paulo e de Barcarena, no Pará, assim como o estado do Rio de Janeiro, não mandaram representantes. Eles estão entre os que mais devem à Previdência.

Na audiência de ontem, compareceram os secretários de Fazenda de Guarulhos, Peterson Ramos, e de Manaus, Lourival Praia. A cidade paulista deve quase R\$ 1 bilhão ao INSS. O município negociou o parcelamento da dívida, mas, segundo Ramos, com o pagamento das parcelas, não sobra dinheiro para investimento. A dívida de Manaus com a Previdência é menor: R\$ 287 milhões. **3**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Hélio José (2º à esq.), relator, quer ouvir estados e municípios endividados

Senadoras definem projetos prioritários para mulheres

Um grupo de senadoras definiu nove propostas prioritárias para defesa dos interesses das mulheres em tramitação no Senado. A lista será entregue ao presidente Eunício Oliveira, em data a ser agendada. Um dos projetos garante o direito a transporte depois do parto e está na Comissão de Assuntos Sociais. Outra proposta torna crime a violação do direito à amamentação em público e aguarda análise na Comissão de Constituição e Justiça. **3**

Banco pode ter de explicar retenção de verba para Bahia **2**

Faculdade federal da lusofonia é tema de audiência hoje **2**

JOVEM SENADOR 2017

BRASIL PLURAL: PARA FALAR DE INTOLERÂNCIA

Todos os anos, estudantes de ensino médio das escolas públicas dos estados e do DF têm a oportunidade de conhecer a importância da atividade legislativa no Projeto Jovem Senador.

Conheça o projeto em www.senado.leg.br/jovemsenador

Parceria:

Realização:

Eunício: Congresso não aceita aumento de impostos

Presidente do Senado, em reunião com Temer, Maia e equipe econômica, negociou para que governo abrisse mão de enviar projeto para criar nova tributação. Meta fiscal deve ser revista para 2017 e 2018

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, participou na noite de domingo de reunião entre o presidente da República, Michel Temer, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e os ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, e do Planejamento, Dyogo Oliveira. No encontro foram fechadas as novas metas fiscais, os cortes de gastos governamentais e, principalmente, a desistência de aumentar tributos.

A mudança de plano ocorreu diante do fato de o presidente do Senado reiterar que o Congresso não aprovará a alternativa.

— Desde a quinta-feira vimos ponderando e dizendo que não aceitamos criação de novos impostos ou aumento dos já existentes. O presidente Michel Temer compreendeu que seria uma alternativa difícil de aprovar e abriu mão dessa opção. Não podemos concordar com aumento da carga tributária — afirmou Eunício.

O presidente do Senado disse que o convencimento da equipe econômica do governo de abrir mão de novas fontes de receitas para cobrir o déficit não foi fácil.

— Tive que ser muito firme com o ministro Meirelles e com o ministro Dyogo. Fiz com que eles percebessem a impossibi-

lidade de aumentar impostos. Não é porque o governo tem seus problemas fiscais, seus apereios, que o povo deva ser penalizado e pagar mais impostos — disse.

Meta fiscal

O governo deve anunciar que as contas públicas de 2017 e 2018 fecharão no vermelho em R\$ 159,5 bilhões. Esse foi o valor do déficit registrado em 2016.

A equipe econômica trabalhava com metas menores

de déficit para este ano (R\$ 139 bilhões) e 2018 (R\$ 129 bilhões). Segundo Eunício, o corte de gastos da União deve ficar em torno de R\$ 73,9 bilhões.

— O governo aceitou cortar ainda mais suas despesas e praticar gestão responsável dos recursos públicos. O presidente aceitou minhas ponderações e determinou à área econômica corte e até o aumento da meta fiscal. Não seria o caso de aumentarmos impostos para o trabalhador.



Eunício: “Não é porque o governo tem apereios que o povo deva pagar”

Banco do Brasil poderá explicar bloqueio de verba

Foi apresentado por Lídice da Mata (PSB-BA) um requerimento convidando o presidente do Banco do Brasil, Paulo Rogério Caffarelli, para comparecer à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e esclarecer a não assinatura dos contratos de crédito com garantia a serem celebrados entre a União e a Bahia no valor de R\$ 600 milhões.

Otto Alencar (PSD-BA) e Roberto Muniz (PP-BA) também assinaram o pedido.

Os recursos, que foram apro-

vados no primeiro semestre, serão destinados a investimentos em educação, mobilidade urbana e infraestrutura urbana, regional e viária. A liberação, publicada no *Diário Oficial da União* em 13 de julho, contou com parecer favorável da Secretaria de Tesouro Nacional, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e do Ministério da Fazenda.

Da publicação também constam os prazos fixados para a concessão do empréstimo e as respectivas garantias. No

entanto, até o momento, a diretoria do Banco do Brasil não assinou a liberação do empréstimo.

— Não vamos descansar enquanto não houver a reversão desse quadro — disse Lídice.

A recusa na assinatura dos contratos é vista pelos parlamentares baianos como uma retaliação política ao governo do estado. Para Otto, o empréstimo não é um favor:

— É um direito do estado da Bahia, que está organizado do ponto de vista fiscal.

Ana Amélia critica declaração de Lula sobre a imprensa

Em evento na Universidade Federal do Rio de Janeiro, na sexta-feira, o ex-presidente Lula afirmou que regularia a mídia, caso voltasse à Presidência da República, afirmou Ana Amélia (PP-RS).

A senadora disse lamentar que, “frequentemente, Lula critique instituições importantes de uma democracia, como o Ministério Público, o Judiciário e a imprensa”.

— Essa regulação significa censurar, amordaçar a imprensa, que tanto incomoda Lula e os integrantes do PT — opinou.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Para Medeiros, PT fez “capitalismo de Estado”

José Medeiros (PSD-MT) disse ontem que os governos do PT fizeram uma espécie de “capitalismo de Estado”, ao usar empresas públicas para transferir dinheiro a partidos políticos. Segundo o senador, os órgãos públicos de quinto, quarto e terceiro escalões ainda estão aparelhados por essa doutrina. Medeiros criticou “mentiras” da oposição sobre a reforma trabalhista aprovada pelo Congresso. Segundo ele, os direitos dos trabalhadores estão mantidos.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Senado debate hoje Universidade da Integração Latino-Americana

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) faz hoje, às 9h, uma audiência para discutir a situação financeira da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) e dos institutos federais do país.

Foram convidados representantes das universidades, dos institutos, do Ministério da Educação, do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) e da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CDH Situação de universidades**
9h Debate sobre a situação financeira de universidades públicas.
- CJ Transporte coletivo**
9h Na pauta, projeto que destina recursos da Cide para transporte coletivo.
- CAE Sabatina**
10h Sabatina de Marcelo Barbosa para presidente da CVM.
- CCJ Demissão de servidor público**
10h Discussão sobre demissão de servidor por insuficiência de desempenho.
- CE Construção de escolas**
11h30 Votação de projeto que prevê padrão mínimo para construção de escolas.

- CMA Exploração irregular de minério**
11h30 Na pauta, texto sobre mineração.
- CAS Medicamentos**
14h Debate sobre remédios biológicos.
- PLENÁRIO Simples Municipal**
14h Votação do Simples Municipal.
- REUNIÃO DE LÍDERES Pauta**
14h30 Definição da pauta do Plenário.
- CPI DO BNDES Plano de trabalho**
15h Votação do plano de trabalho.
- MP 781/2017 Fundo Penitenciário**
15h Votação do relatório da MP do Funpen.
- CMO Crédito especial e LDO**
15h30 Votação de projetos de crédito especial e de alteração na LDO de 2017.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burlé
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Plenário deve votar PEC do Simples Municipal

Proposta está pronta para ser votada em primeiro turno. Também estão em pauta, para discussão, a PEC que cria as polícias penitenciárias e a que impede a filiação partidária de membros da Justiça Eleitoral

TRÊS PROPOSTAS DE emenda à Constituição estão na pauta de hoje do Plenário. A PEC do Simples Municipal (PEC 77/2015) está pronta para votação em primeiro turno. A PEC que cria as polícias penitenciárias (PEC 14/2016) está na quarta sessão de discussão do primeiro turno. E a PEC que impede a filiação partidária de membros da Justiça Eleitoral (PEC 4/2017) começa a ser discutida em primeiro turno.

A PEC do Simples Municipal, de Antonio Anastasia (PSDB-MG), busca garantir aos pequenos municípios o acesso a mais recursos e tornar

a prestação de contas mais condizente com a realidade. De acordo com o relator, Romero Jucá (PMDB-RR), serão considerados pequenos os municípios com até 15 mil habitantes, universo que engloba quase 60% dos municípios brasileiros. Se for aprovada, a PEC ainda precisará passar pelo segundo turno de discussão e votação.

A PEC das Polícias Penitenciárias, de Cassio Cunha Lima (PSDB-PB), cria as polícias penais nos níveis federal, estadual e distrital, atribuindo aos agentes penitenciários os direitos inerentes à carreira

policial. A intenção do autor, além de igualar os direitos de agentes penitenciários e policiais, é liberar os policiais civis e militares das atividades de guarda e escolta de presos. Após essa sessão, a PEC 14/2016 precisa de apenas mais uma para poder ser votada em primeiro turno.

A outra PEC determina que não podem ser integrantes do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), dos tribunais regionais eleitorais e das juntas eleitorais advogados e cidadãos que tenham sido filiados a partidos políticos nos dois anos anteriores à posse no cargo



Leopoldo Silva/Agência Senado - 9/8/2017

Plenário do Senado tem três PECs e mais sete itens na pauta da semana

ou ao início do exercício da função. A proposta, de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), objetiva garantir a imparcialidade dos julgamentos.

Os senadores podem votar

mais sete itens, entre eles, projetos de decreto legislativo que confirmam acordos internacionais. A sessão do Plenário começa às 14h, com pronunciamentos.

CPI poderá convocar governo do Rio e prefeitura de São Paulo

A CPI da Previdência recebeu ontem representantes das prefeituras de Guarulhos (SP) e de Manaus, que estão entre os municípios que mais devem ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A intenção era ouvir os cinco maiores devedores entre os entes da Federação, mas as prefeituras de São Paulo e Barcarena (PA), assim como o estado do Rio de Janeiro, não mandaram representantes.

O relator da CPI, senador Hélio José (PMDB-DF), disse que vai insistir em ouvi-los:

— Se não houver compromisso de eles virem na próxima audiência, vamos convocá-los.

A dívida de Guarulhos (SP) é de quase R\$ 1 bilhão. O secretário da Fazenda da cidade, Peterson Ramos, explica que os

débitos saltaram de R\$ 141,3 milhões em 2002 para R\$ 913,6 milhões em 2017. A cidade ficou oito anos sem Certidão Negativa de Débitos, exigida para contratar empréstimos.

Neste ano, Guarulhos aderiu ao programa do governo federal que estende por 200 meses o parcelamento de dívidas com a Previdência. Conforme

o secretário, os pagamentos têm sido feitos, mas isso compromete as políticas públicas.

— Defendemos uma proposta de governo e agora vemos que é impossível cumprir o programa, porque não dá para investir nada. Vamos ter que pagar, pagar, pagar, pagar.

A dívida de Manaus com a Previdência é de R\$ 287 mi-

lhões. Segundo o secretário da Fazenda, Lourival Praia, a situação se agravou em 2004, quando a prefeitura deixou de pagar integralmente ao INSS.

— A partir de 2005, a gente procurou a Receita e o INSS. Em 2009, houve novo parcelamento. O saldo devedor já era de mais de R\$ 600 milhões, incluindo juros. De 2005 para cá,

já pagamos ao INSS mais de R\$ 126 milhões. Desde que assinou o primeiro parcelamento, Manaus vem honrando suas obrigações — afirmou Praia.

O presidente do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional, Achilles Frias, disse que a CPI “é fundamental para desmascarar os números” da Previdência. Para ele, o governo não deveria propor reforma no setor, mas sim cobrar quase R\$ 500 bilhões em dívidas com o INSS.

— Se tivéssemos o ingresso desses recursos, não precisaríamos de reforma como a proposta. Ela acaba extinguindo a previdência pública. É tão draconiana que força o trabalhador a migrar para sistemas privados de previdência.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Hélio José (2º à esq.) preside debate com os secretários da Fazenda de Manaus e Guarulhos e o procurador Frias

Senadoras definem prioridades para o segundo semestre

Em busca da igualdade de gênero e em defesa dos direitos das mulheres, um grupo de senadoras vai entregar ao presidente do Senado, Eunício Oliveira, em data a ser agendada, uma lista de projetos prioritários. As propostas foram definidas em reunião ocorrida na semana passada.

Entre as nove propostas que devem ganhar uma tramitação mais ágil, na avaliação delas, está o Projeto de Lei do Senado (PLS) 53/2017, de Regina Sousa (PT-PI), que garante a mães

e recém-nascidos o direito a transporte depois do parto. O projeto está na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Regina Sousa classifica a proposta como um bom meio para que nascidos e suas mães não se exponham a riscos desnecessários em período muito delicado de suas vidas.

— Pode parecer uma coisa simples, mas não é. A mulher acaba de dar à luz e 24 horas depois sobe em um ônibus alto com a criança no braço, com suas sacolas e pertences.

Outra proposta que merece a atenção do Congresso, de acordo com as senadoras, é o PLS 514/2015, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que torna crime a violação do direito à amamentação em público. O projeto está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Livrar a empregada gestante ou lactante do trabalho em condições ou locais insalubres é outra preocupação das senadoras. É o que estabelece o PLS 228/2017, de Ângela Portela (PDT-RR), que busca reparar prejuízos à saúde da mulher e do bebê decorrentes

da reforma trabalhista (Lei 13.467/2017).

De acordo com Rita Polli Rebelo, coordenadora da Procuradoria Especial da Mulher, senadoras que não participaram da reunião podem sugerir a inclusão de novas propostas até a entrega do documento.

Agenda feminina

- **PLS 53, de 2017** Autora: Regina Sousa. Ementa: Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para prever a oferta de transporte à mãe e a seus filhos recém-nascidos.
- **PLS 658, de 2011** Autora: Marta Suplicy. Ementa: Reconhece os direitos à identidade de gênero e à troca de nome e sexo nos documentos de identidade de transexuais.
- **PLS 24, de 2016** Autora: Lúcia Vânia. Ementa: Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno.
- **PLS 514, de 2015** Autora: Vanessa Grazziotin. Ementa: Dispõe sobre o direito à amamentação em público, tipificando criminalmente a sua violação.
- **PEC 16, de 2017** Autora: Vanessa Grazziotin. Ementa: Altera o § 1º artigo 10 do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias, para dispor sobre a licença-maternidade compartilhada.
- **PLS 119, de 2015** Autora: Maria do Carmo Alves. Ementa: Altera a Lei Maria da Penha para dispor sobre o uso do “botão do pânico” no cumprimento das medidas protetivas de urgência.
- **PLS 228, de 2017** Autora: Ângela Portela. Ementa: Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, para garantir proteção a gestantes ou lactantes em relação a prestação de trabalho em local insalubre.
- **PLC 18, de 2017** Autor: Deputado João Arruda. Ementa: Inclui a comunicação no rol de direitos assegurados à mulher pela Lei Maria da Penha e reconhece que a violação da sua intimidade consiste em uma das formas de violência doméstica e familiar.
- **PLS 389, de 2014** Autora: Ângela Portela. Ementa: Garante o preenchimento por parte dos partidos de 50% das vagas nas eleições proporcionais para candidatas de cada sexo.



Rita Polli/Procuradoria Especial da Mulher SF

Lídice, Marta, Ângela, Vanessa, Regina e Fátima escolheram pauta

Verba de multas tem que ir para o trânsito

Projeto de Dário Berger pretende transformar em lei resolução do Conselho Nacional de Trânsito que destina dinheiro arrecadado exclusivamente para a melhora de vias

Pedro Pincer

COMO NINGUÉM GOSTA de levar uma multa de trânsito, é normal reclamar. Muitos, aliás, ficam mesmo indignados. Além disso, para onde vai o dinheiro arrecadado com as multas? Não são poucos os que consideram haver uma “indústria das multas”, vindo nelas uma fonte de recursos para as prefeituras.

O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) — Lei 9.503/1997 determina que o valor arrecadado com multas seja usado exclusivamente para sinalização, engenharia de tráfego, policiamento, fiscalização e educação no trânsito.

Com o intuito de aumentar a segurança dos órgãos gestores desses recursos sobre a regularidade da aplicação dos valores arrecadados para melhoria da segurança das vias, o Projeto de Lei do Senado 158/2017, de Dário Berger (PMDB-SC), pretende transformar em lei a Resolução 638/2016 do Contran, que destina a aplicação da verba para serviços de pavimentação, recapeamento, tapa-buracos e recomposição de pista, e para adequar calçadas. O texto aguarda relator

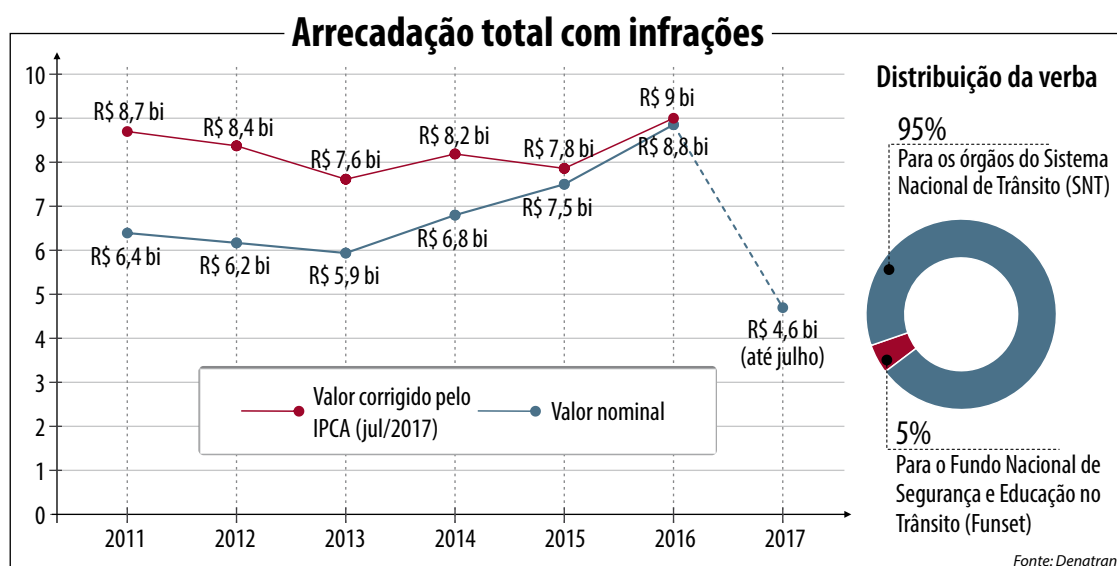
na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

— Como é uma regulamentação infralegal, ela não tem o poder de uma legislação. O cidadão vai sentir que o pagamento da multa vai ser revertido em benefício dele em obras de infraestrutura nas vias — disse o senador.

Conforme a área técnica do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), arrecadou-se em 2017, até o mês passado, R\$ 4,6 bilhões, dos quais 95% vão para os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito (SNT), que incluem o Conselho Nacional de Trânsito (Contran), a Polícia Rodoviária Federal, os conselhos de trânsito e as polícias militares estaduais e do Distrito Federal.

Os outros 5% são encaminhados para o Fundo Nacional de Segurança e Educação no Trânsito (Funset), que custeia despesas do Denatran relativas à operacionalização da segurança e educação de trânsito, nos termos da Lei 9.602/1998.

De acordo com o Denatran, os recursos ao Funset destinados ao órgão têm sido contingenciados para o cumprimento da meta de superavit primário



do governo, o que tem inviabilizado o repasse voluntário de recursos aos órgãos e entidades integrantes do SNT ou qualquer outra forma de parceria.

Ainda conforme o departamento, caso houvesse maior disponibilização dos recursos arrecadados pelo Funset ao Denatran, seria possível aplicar os recursos do referido fundo em diversos projetos que objetivam promover a educação, a cidadania, e os princípios e atitudes favoráveis à vida e à democratização do trânsito.

De acordo com o artigo 320 do CTB, “a receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito será aplicada, ex-

clusivamente, em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito”.

Falta de investimento

O orçamento do Ministério dos Transportes em 2017 para manutenção e construção de rodovias federais é de R\$ 9,7 bilhões, segundo a consultora do Senado Liliane Colares.

— Desse montante, R\$ 8,8 bilhões são arrecadados com multas, mas o cidadão não vê retorno algum.

A advogada Mércia Gomes, do Instituto Trânsito Direito, de São Paulo, explica em que estados da Federação a resolução

que o projeto quer transformar em lei é efetivamente aplicada ou sumariamente ignorada.

— Em Santa Catarina, a arrecadação é feita de forma descentralizada e isso faz com que os recursos retornem para a origem dos órgãos atuadores em seus respectivos municípios e apliquem na forma do artigo 320. Enquanto isso, a Bahia não tem apresentado números. Em São Paulo, isso já foi motivo de ação pelo Ministério Público. Em Minas Gerais os recursos não têm sido destinados da forma estipulada pela legislação. Vale destacar que teremos planilha com cada estado após 1º de novembro de 2017.

Especialistas pedem mais educação para condutor

O Brasil é o quarto país onde o trânsito mata, mesmo estando longe de ser aquele que possui mais automóveis circulando. Embora na letra da lei o investimento em educação no trânsito seja obrigatório, a falta de um valor específico faz com que 80% da verba das multas acabe direcionada para fiscalização e policiamento, de acordo com a consultora Liliane Colares.

Para a advogada Mércia Gomes, a falta de preocupação com a postura do motorista brasileiro é flagrante.

— Educação de trânsito nunca foi objeto de investimento. Quando inserimos o tema na grade curricular das crianças, teremos jovens educados no trânsito, adultos conscientes conduzindo veículos. Hoje não vemos crianças respeitando a faixa de pedestres. Não vemos os cidadãos trocarem o carro pelo transporte público, que deveria ser mais cobrado em termos de qualidade. O Brasil não tem condutores responsáveis. Se tivesse, teríamos um número menor de acidentes. No Brasil, o número de mortes no trânsito é maior que o de mortes por câncer — informou.

Tornar as multas mais pesadas não vai fazer do brasileiro um motorista melhor, diz Mércia.

— Acredito que o aumento dos valores das multas não altera em nada quanto à educação e conscientização no

trânsito. Se não existisse o quesito da pontuação, muitos condutores teriam milhões de multas. Seria mais vantajoso para eles, por exemplo, ter uma multa por excesso de velocidade acima de 20%, do que manter a velocidade nas vias dentro do município. Seria preciso haver aulas de trânsito nas quais se apresentassem estatísticas e vídeos.

Especialista em legislação, ela diz que todos os atores envolvidos na questão do trânsito precisam se comprometer mais e dar mais atenção ao tema.

— Temos sentido dificuldade pela falta de compromisso de gestores públicos, da iniciativa privada e, acima de tudo, da própria sociedade. Se o assunto for levado a sério nessas três esferas, vamos entender que cada um tem a sua parcela de contribuição. Só assim entraremos no rumo certo para tornar o trânsito brasileiro mais seguro, ético e cidadão.

A opinião da advogada é corroborada pelo presidente do Instituto de Segurança no Trânsito, David Duarte Lima.

— O brasileiro é um motorista despreparado. A Espanha, que reduziu 80% da violência no trânsito nos últimos 15 anos, pode nos servir de exemplo. É preferível o infrator ter certeza da punição do que ter a esperança de impunidade. É preciso investir na formação e na educação dos condutores, sem esquecer de ter vias e veículos seguros.

Para onde deve ir a verba arrecadada

Engenharia de tráfego

Atividades relacionadas com o estudo, a definição e o planejamento da segurança e das operações de trânsito nas vias e rodovias, inclusive a integração de todos os tipos de transportes, para ampliar as condições de segurança, visando à movimentação segura e eficiente de pessoas e mercadorias

Engenharia de campo

Atividades relacionadas com serviços e obras nas vias e rodovias, inclusive a integração de todos os modos e tipos de transportes, voltadas a ampliar as condições de fluidez e de segurança no trânsito, visando à movimentação segura e eficiente de pessoas, veículos e cargas

Policiamento e fiscalização

Atos de prevenção e repressão que visam controlar o cumprimento da legislação de trânsito, por meio do poder de polícia administrativa

Educação de trânsito

Atividade direcionada à formação do cidadão como usuário das vias e rodovias, por meio do aprendizado de condutas de respeito à vida e ao meio ambiente, visando sempre ao trânsito seguro

Saiba mais

Projeto de Lei do Senado 158/2017
<http://bit.ly/PLS158de2017>

Manual de recursos contra multas de trânsito
<http://bit.ly/recursosMultas>

Cartilha sobre segurança no trânsito
<http://bit.ly/cartilhaTransito>

Perguntas sobre o Código de Trânsito Brasileiro
<http://bit.ly/perguntasCTB>

Relatório de 2016 do Observatório Nacional de Segurança Viária
<http://bit.ly/relatorioONSV>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

Sinalização

Conjunto de sinais de trânsito e dispositivos de segurança colocados na via pública com o objetivo de garantir sua adequada utilização, compreendendo especificamente as sinalizações vertical, horizontal e semafórica e dispositivos auxiliares